



**A IRMANDADE DE SANTA CECÍLIA NO CENÁRIO RECIFENSE
(1861-1889)**

**The Brotherhood of Santa Cecilia in the Recife Scenario (1861-
1889)**

Augusto César Acioly Paz Silva¹; Cinthia F. Barbosa da Silva²

Resumo

Este artigo tem como preocupação central pensar as relações que se estabeleceram entre a Irmandade de Santa Cecília, na cidade do Recife ao longo da segunda metade do século XIX. Desta forma, procuramos discutir a importância desta irmandade e a sua relação com a cidade e o cenário das profissões e transformações ocorridas ao longo deste período, momento importante no processo de modernização da cidade, das sociabilidades e da História da cidade.

Palavras-chave: Irmandades. Santa Cecília. Recife. Século XIX.

Abstract

This article's main concern is to think about the relationships that were established between the Irmandade de Santa Cecilia in the city of Recife during the second half of the 19th century. In this way, we seek to discuss the importance of this brotherhood and its relationship with the city and the scenario of professions and transformations that occurred throughout this period, an important moment in the process of modernization of the city, sociability and the history of the city.

Keywords: Brotherhoods, Santa Cecilia, Recife and the 19th century.

¹Doutor, Professor do Departamento de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde, cesar_historia@hotmail.com; ²Mestra, Professora do Departamento de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde, cinthiabarbosa1@hotmail.com



INTRODUÇÃO

“Uma sociedade só pode progredir e, portanto, viver e sobreviver, na medida em que as relações de produção – todo o sistema político e econômico – favorecem o desenvolvimento da ciência, o progresso das invenções e a expansão das forças produtivas” (V. GORDON CHILDE).

A rápida industrialização, ocorrida no século XIX, modificou profundamente a paisagem da cidade. No contexto recifense dos Oitocentos, essas transformações impulsionaram projetos de criação de espaços públicos supostamente organizados, em termos de construção de novas relações de convivência e de campos de atuação e mediação de grupos de variadas tipologias.

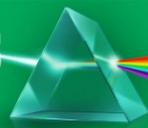
Considerando que as práticas religiosas constituem um campo ligado não apenas às crenças e devoções, mas também compõem aspectos econômicos e sociais que azeitam a engrenagem urbana, poderíamos iniciar o presente estudo com uma indagação bastante simples: como apreender o Recife a partir das relações de trabalho, dentro de uma dinâmica religiosa, objetivando demarcar a organização e funcionamento de seus espaços públicos?

Nessa perspectiva, buscamos, neste artigo, delinear o panorama sociocultural do Recife no século XIX, especificamente no período compreendido entre 1861 e 1889, através da atuação de irmandades e instituições de ofício, e descrever as manifestações de músicos profissionais da Ordem de Santa Cecília nos espaços que constituem sua sociabilidade. E, para tal, propomo-nos a evidenciar as estruturas nas quais a Irmandade em questão atuou, especialmente no que tange às festividades ocorridas na configuração de então.

Como ponto de partida, observaremos a dinâmica das profissões, mediante descrições e relatos que, do século XVIII ao XIX, reportaram-se a ações para a edificação de espaços públicos e funcionamento de diversos setores que compunham o Recife.

O cenário das profissões

A constituição das Irmandades religiosas, no universo europeu, apresentou como propósito inicial a ideia de promover ações voltadas para o universo social,



ensejadas pelo desenvolvimento de um catolicismo prático que apresentou, como característica marcante, a caridade.

O desenvolvimento dessas Irmandades só foi possível, contudo, com o declínio da produção feudal, e acelerado pelo crescimento urbano, engendrando, na sociedade, a necessidade de organização de grupos denominados Corporações, cujo interesse residia na promoção de profissionais. Embora essas também reproduzam características religiosas, a diferença principal entre a corporação e a Confraria baseia-se nas assistências mútuas tomadas pela ideia da mendicância.

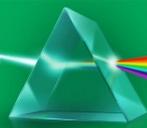
Ao desembarcarem no Brasil, entre os séculos XVI-XVIII, advindas da ideia de adequar a América portuguesa aos costumes europeus, as confrarias estiveram vinculadas, em seu primeiro momento, a indivíduos comuns, não associados oficialmente nem ao Estado, tampouco à Igreja. Quando aqui consolidadas, procuraram proteger as comunidades através da religião e cuja composição serviu de pano de fundo para a atuação de papéis que, de fato, deveriam ser conduzidos pelo Estado metropolitano.

Em Pernambuco, na primeira metade dos Seiscentos, algumas Irmandades como, por exemplo, os irmãos da Misericórdia, aqui aportaram, por volta de 1543. Como esta, outras foram conquistando a região, atuando na edificação de templos religiosos, aliadas às Confrarias leigas que, aos poucos, foram se adaptando às condições locais.

No caso de Santa Cecília, Irmandade religiosa laica, surgiu primeiramente no Reino português, no início do século XVII, mais precisamente em 1613, e cuja fundação é atribuída ao professor de música da Universidade de Coimbra, Pedro Talésio. Porém, a regulamentação da Confraria parece só ter sido efetivada em 1702, através de uma coleção completa de Vilancicos¹, cânticos com os quais se festejavam as matinas oferecidas à padroeira de Lisboa, em 22 de novembro deste mesmo ano. A princípio, a organização da Confraria dos Músicos portuguesa esteve composta por alguns cantores, poucos compositores e um ou outro instrumentista.

Vinculada às camadas mais abastadas da sociedade portuguesa, Santa Cecília desembarcou no Recife provavelmente na segunda metade do século XVII. Suas atividades foram primeiramente organizadas por importantes conhecedores da

¹ Gênero de canção constituída no século XVI, cuja estrutura está ligada ao um tema amoroso ou encomiástico.



música, dentre eles o ilustre Mestre de Capela da igreja de Nossa Senhora dos Clérigos, Luís Álvares Pinto. Porém, sua fundação oficial, de acordo com os registros apontados pelo historiador e folclorista, obteve a confirmação régia em 06 de fevereiro do ano **subsequente**. Esse deslocamento espacial implicou, no caso da Corporação, uma dinamização em seus espaços de atuação, marcando, aqui, uma maior mobilidade social.

Os projetos relacionados à música, constituídos na cidade por Santa Cecília, permitiram-nos situar o mundo nos quais estavam inseridos os integrantes das Irmandades, definindo sua importância no desenho urbano, buscando focalizar a formação e atuação de sujeitos inseridos em grupos sociais de menor expressão econômica, em face da relevância na organização e funcionamento do cenário recifense.

Como cidade portuária e de intenso comércio, Recife abrigava uma movimentação urbana, na qual os aterros construídos no decorrer do século XIX foram responsáveis pela abertura de estradas e passagens², modificando, sistemática e inexoravelmente, a paisagem pela ampliação da ocupação espacial, dos núcleos administrativos, das associações religiosas e dos serviços de defesa ora imprescindíveis, mas também pela criação de novos postos de trabalho: brancos, escravos, mulatos, pardos e homens livres conquistaram outros espaços para o exercício de suas atividades laborais.

Nesse sentido, o dinamismo em que se encontrava o Recife e a intensidade da expansão urbana no século XIX resultaram, consoante com Bernardes³, de uma política desenvolvida entre os séculos XVI-XVIII, transformações geradoras de

² Embora a ideia central do autor, no primeiro capítulo, observar o Recife de um ponto de vista fluvial, apropriamo-nos do trecho em que ele menciona uma cidade cujos movimentos também são terrestres. MAC CORD, Marcelo (2005); in *O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, pp.17-18. Ver também MENEZES, José Luiz da Mota (1978); in *Um tempo no Recife*, pp. 255-63.

³ Em descrições realizadas por viajantes no século XIX, apreendemos ricas análises a respeito da vila do Recife que, diferentemente da de Olinda, prosperou significativamente tanto nos moldes sociais quanto no econômico e político e, para tal, podemos exemplificar com a presença dos Mascates na cidade, que rumaram em direção ao avanço do comércio e, em consequência, ao aparecimento da classe burguesa. Porém, não podemos deixar de mencionar que os mesmos burgueses passaram a ocupar espaços de poder legitimados pela própria Coroa, na medida em que são vistos como membros importantes na edificação de prédios públicos, sejam esses religiosos ou não. A esse respeito, sugerimos a leitura de BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça (2001); in *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, pp. 34-35.



subsídios para possíveis revoluções, como a denominada *Guerra dos Mascates*, em 1710 (MENEZES, 1978), consolidando, aos poucos, a ideia de uma cidade menos desorganizada e um pouco mais habitada. Atentando para essas mudanças, José Antônio Gonçalves de Mello observa que o surto de construções civis desencadeou-se no período situado entre a expulsão holandesa, na segunda metade do século XVII, até as primeiras décadas do século XVIII⁴(MELO. 1981, p.249). Tal processo deu-se a partir da edificação de suas igrejas – como a da Ordem Terceira de São Francisco (1702); a da Congregação de Nossa Senhora da Conceição (1708); de Nossa Senhora da Soledade (1716); São Pedro dos Clérigos (1728), entre outras – por iniciativa de pessoas leigas.

Nesse ângulo, a criação de paróquias e a formação de irmandades religiosas impulsionaram não apenas a construção de novos templos religiosos para a cidade, mas as transformações da estrutura urbana **dinamizaram** setores sociais, políticos e econômicos, razão pela qual reputamos as confrarias como peças fundamentais na estruturação da cidade, tornando-se espaços de poder – e dos quais nos ocuparemos na presente investigação.

Analisando a ideia de poder entre os leigos, Denis Bernardes⁵ examina com cautela os espaços religiosos erguidos no Recife, distribuindo, cronologicamente, as principais edificações em conjuntos temporais:

- 1º. 1587-1655;
- 2º. 1656-1710;
- 3º. 1711-1770; e
- 4º. 1781-1822.

Relevando não as construções em si mesmas, o autor enfatiza, pelo contrário, as representações específicas de cada conjunto de período no que tange às construções públicas e, nesse prisma, importa-nos considerar a dinâmica urbana impelida por essas intervenções na época. Para exemplificar, podemos observar,

⁴ MELLO, José A. G. De (1981); in *Nobres e mascates na Câmara do Recife: 1713-1738*, p. 249.

⁵ Antônio Bernardes descreve a trajetória de urbanização de Recife, desde os primeiros espaços ocupados pelo colonizador até as transformações nesse cenário – com o aparecimento dos bairros e implantação dos prédios públicos, como as Câmaras Municipais e as irmandades leigas –, passando por uma cidade cheia de influências estrangeiras. O Recife do século XIX rendia-se à modernidade, desde a constituição do enterro civil até a fundação de espaços para atender às demandas da sociedade, passando pela agitação do Teatro de Santa Isabel. Cf. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça (2001); cf. op. cit.



com o mesmo Bernardes, o adensamento dos bairros de Santo Antônio e São José num recorte de 54 anos (item b).

Do mesmo modo, Bernardes anota o surgimento de intervenções arquitetônicas em áreas mais distantes, como as da Boa Vista, Santo Amaro, Estrada de João de Barros e Estrada de Belém. Ainda que não desça a detalhes, o autor percebe que parte desses espaços estaria associada às irmandades e confrarias.

Já no 3º conjunto, delimitado entre os anos de 1711-1770, podemos observar o impulso do desenvolvimento urbano pelo aparecimento dos subúrbios e de novos espaços, consolidados com a expansão de Santo Antônio e São José. Por último, o período de 1781-1822 esteve marcado pelo surto da modernidade⁶, em que a busca por novos valores e por prestígio sociopolítico e econômico firmaria novas identidades, concebidas a partir de 1822, com o processo de Independência. (BERNARDES, 2001, pp,36-37).

A Modernidade aqui instalada, com a ruptura de Portugal trouxe, portanto, transformações, especialmente no âmbito das formas de sociabilidade e reordenamento dos espaços da cidade, possibilitando a emergência de novos conceitos no que tange à mentalidade social⁷. Nesse sentido, devemos evidenciar as relações estabelecidas entre camadas divergentes da sociedade de então, compostas pelas irmandades leigas maiores e os profissionais da música, principalmente aqueles formados por *Santa Cecília*.

De um lado, os projetos de renovação do espaço urbano recifense demandaram repartições burocráticas mais eficientes, voltadas para o setor de

⁶ Para Francisco Falcon, a ideia de modernidade está incorporada aos diversos elementos ou aspectos constitutivos do devir socioeconômico, político e cultural das sociedades europeias ocidentais ao longo do século XVIII-XIX. Desse modo, o autor nos alerta para que não conceituemos o termo “modernidade”, posto que não há argumentos suficientes para afirmações precisas. Absorvendo a compreensão de Falcon e conduzindo-a para Pernambuco buscamos ao longo do período em que o nosso objeto se encontra detectar modelos que demonstraram os momentos de emancipações na mentalidade pernambucana, para assim justificar a ideia do novo. RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans (2000); in Tempos modernos: ensaios de história cultural, pp. 223-39.

⁷ Procuramos, através do conceito de mentalidade, demarcar as novas formas de pensamento, comportamento e hábitos em Pernambuco, após o processo de Independência e, nessa perspectiva, as produções artística e profissional foram melhor aproveitadas pela elite, impulsionando uma movimentação entre os músicos de Santa Cecília pelas classes dominantes, principalmente quando participavam das festividades religiosas da cidade. Sugerimos a leitura de RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans (2004); cf. op. cit., pp. 199-219; e, ainda, VOVELLE, Michel (2004); in Ideologia e mentalidade.



arrecadação de tributos e do controle policial (SILVA, 2002), tendo em vista o crescimento populacional. De outro, a arquitetura desenvolvida no percurso de três séculos imprimiu um ritmo mais moderno à cidade, projetando um ambiente voltado para as atividades comerciais. O período de administração holandesa pela Companhia de Comércio (WIC) constitui um indicador deste “pendor comercial” do Recife (FREYRE, 1968, p.59-66). Assim, a presença holandesa pode ser tomada como ponto de partida para a estruturação político-econômico da cidade, porque propicia, num primeiro momento, a constituição de importantes espaços civis – o Palácio de Friburgo e Boa Vista, a ponte Maurício de Nassau, que ligava o Recife à Ilha de Antonio Vaz **e a primeira do Brasil**, a presença de pintores como Franz Post e o arquiteto Pieter Post, dentre outros –, traços marcantes das inovações sociais ocorridas no século XVII e que, mais tarde, fariam do Recife o palco de várias revoltas, revoluções e conspirações, em geral inspiradas nos ideais da Revolução Francesa.

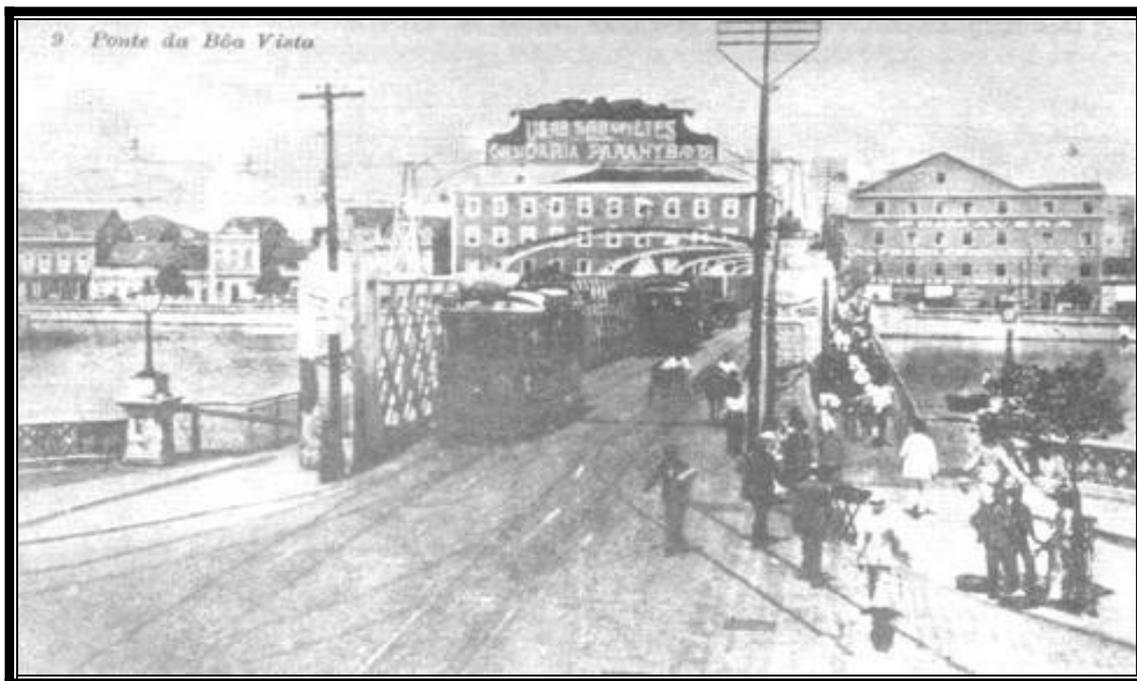
Outros movimentos, como o de higienização, viriam compor as modificações da cidade, uma vez que os projetos levaram a urbe à adoção de modelos concernentes à saúde e segurança da população. A criação do Hospital Pedro II, em 1847; do Cemitério público de Santo Amaro, em 1851; o Hospício de Alienados, em 1864, as Praças da República (1817) e Maciel Pinheiro (1875), bem como o alargamento de vias públicas também se constituíram em relevantes instalações do século XIX, indicando-nos uma ideia de civilidade neste cenário e ampliando, através das reordenações públicas, espaços fixos de trabalho, saúde e lazer.



Teatro de Santa Isabel e Campo das Princesas (1850)



Praça Maciel Pinheiro - 1875.

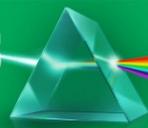


Ponte da Boa Vista – século XIX.

No entanto, na vigência do processo de formação da paisagem do Recife, ao longo do período colonial, edificações religiosas já vinham sendo erguidas desde fins do século XVII, embora seu comportamento possa ser melhor observado no século XVIII.

Cada templo edificado representava a ampliação do espaço público, confluindo para a dinamização da sociabilidade, posto que as igrejas passavam a ser constituídas mediante organização de grupos de devoções e interesses distintos, e, para além de propiciarem a prática da fé, fomentavam a estruturação de hierarquias sociais, através da formação das irmandades leigas.

As irmandades, associações religiosas compostas por indivíduos leigos, voltaram-se ao auxílio mútuo e amparo espiritual / material na proporção da posição ocupada por cada membro dentro de uma escala hierárquica, assumindo um papel fundamental na formação e desempenho do Catolicismo no Brasil. Resgatando sua historicidade – que remonta do século XVI até o XIX –, podemos vislumbrar que, naquele primeiro momento de organização, as irmandades não foram legitimadas nem pelo Estado, tampouco pela Igreja; pelo contrário, eram os grupos leigos e com características significativas para a constituição de espaços civis que funcionavam como formadores da ideologia e na manutenção do Catolicismo (ASSIS, 1988).



Assim, por um dado período, as confrarias tornaram-se o suporte de controle social, assumindo uma atribuição que, de fato e de direito, pertencia ao Estado.

O poder exercido pelas irmandades permitiu que, no interior dos templos, houvesse espaços destinados a brancos, negros, pardos e homens livres, os quais deveriam engajar-se em associações de ofício e/ou mesmo em devoções específicas, norteadas por entidades como a do *Rosário dos Pretos*, a de *Nossa Senhora do Livramento*, *Santa Cecília*, *Nossa Senhora do Carmo*, entre outras compostas no Recife.

Em estudo sobre o Recife dos séculos XVII e XIX, o sociólogo Gilberto Freyre observou que boa parte da população se associava às igrejas para a veneração ao santo padroeiro, mas de modo sentimental e lírico (FREYRE, 1968) e, nessa perspectiva, os templos erguidos não se traduziam apenas em signos de religiosidade, mas ordenavam também parte da rotina do centro urbano. Os sinos das igrejas, para tomarmos um exemplo, funcionavam como sirenes de alerta nos casos de incêndio e morte, para além de seu desempenho mais imediato de comunicar / convocar os fiéis para os ofícios religiosos. A esse respeito, o historiador Pereira da Costa revela-nos um eminente regulamento firmado em oito de janeiro de 1855, pelo então presidente da província de Pernambuco, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, no qual procedia à recomendação sobre o uso das campanas:

Para os serviços de socorros públicos, nos casos dos incêndios, as igrejas deveriam tocar os sinos como forma de alertar através de sinais específicos. Assim, seriam cinco badaladas quando fosse no bairro do Recife, seis no de Santo Antonio, sete no de São José e oito na Boa Vista (COSTA, 1984, p.502).

As igrejas, portanto, portavam sentidos para a urbe, na medida em que se tornavam veículos de informação; no caso dos incêndios, o número de badaladas já informava de onde procedia o incidente, viabilizando a solução do problema para as autoridades competentes. O fato é que os sinos continuaram desempenhando essa função por longo tempo, no Recife e arrabaldes, até serem substituídos por corporação mais específica, a dos bombeiros, em 24 de março de 1888⁸.

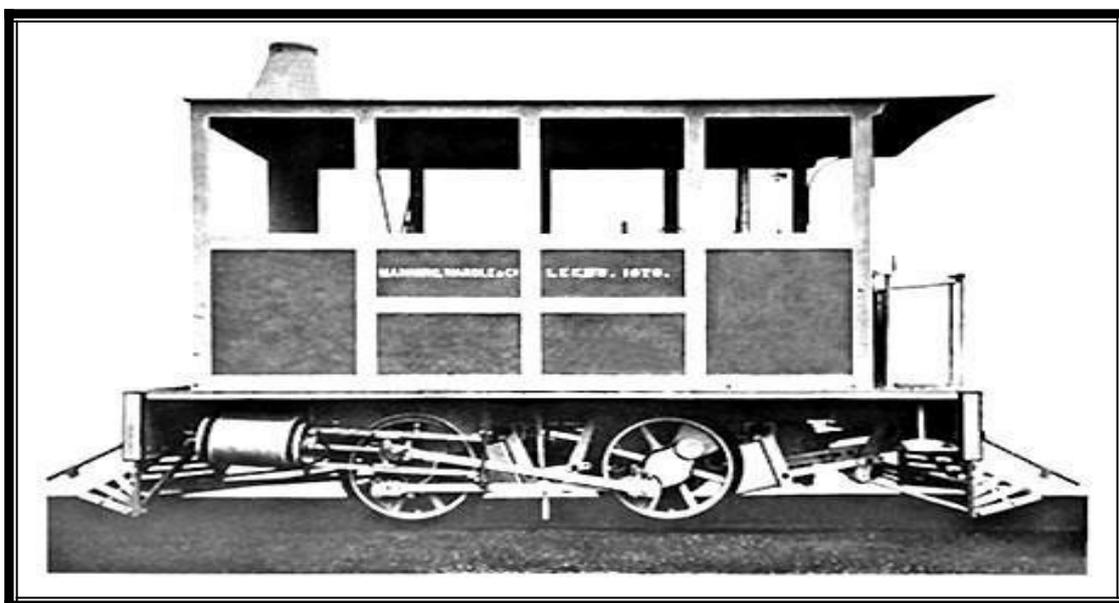
⁸ Segundo Pereira da Costa, o Art. 13 da Lei Provincial n. 1860, de 11 de agosto de 1885, estabeleceu a regularização da companhia de bombeiros no Recife, custeada pelos impostos pagos por estabelecimentos particulares. Para melhor atender a essas demandas, o governo contratou seguro marítimo e terrestre para os incidentes, a exemplo da *Phênix Pernambucana, Indenizadora e*



Dessa forma, boa parte das construções civis do Recife estava vinculada às irmandades leigas, e essas permaneceram, sob longos séculos, responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento urbano, viabilizando, para as comunidades locais, a criação de novas vilas a partir da edificação de outros templos católicos e fortalecendo, conseqüentemente, a necessidade de implantação de outros modelos institucionais na região.

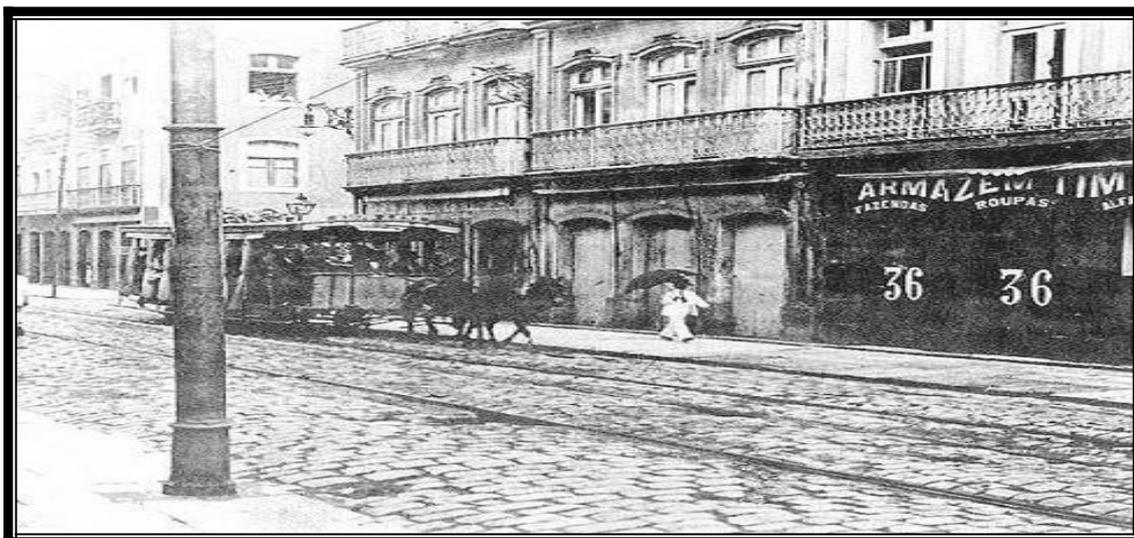
O crescimento populacional, por meio das constantes edificações civis e, sobretudo, religiosas, até os fins do século XVIII, contribuiu bastante para o desenvolvimento do Recife. Após o processo da Independência do Brasil, a ampliação dos subúrbios, os meios de comunicação, do comércio e dos transportes, se não acompanharam, na mesma proporção, as modificações da cidade, dariam um novo impulso à sociedade recifense (FREYRE, 1968; SETTE, 1978).

Sendo assim, as mudanças de vida e surgimento de novos hábitos perpassaram e transformaram o Recife do século XIX, principalmente pelo incremento na área de transportes alternativos, como canoas, cadeirinhas, bondes puxados por burros, pequenos trens e as maxambombas, definidas como pequenas locomotivas constituídas de cabines sem cobertura (RABELO, 1968; SETTE, 1978).



Maxambomba, primeiro trenzinho urbano a vapor.

Anfritite. Desse modo, na tarde de 24 de março de 1888, os bombeiros prestaram seu primeiro atendimento, em um prédio de quatro pavimentos, localizado nas proximidades da Avenida Marquês de Olinda, próximo à Praça do Comércio. cf. op. cit., pp. 503-504.



Bonde puxado a burro na Rua do Aterro (atual Rua da Imperatriz), fins do século XIX.

Os transportes acima mencionados puderam integrar o Recife com seus arrabaldes e levar o povo a participar das celebrações, de natureza religiosa ou profana, na medida em que os bondes puxados a burro e as maxambombas facilitavam o acesso **a algum local público e o** deslocamento no espaço urbano, impregnando a cidade do ar da civilização.

Essas mudanças, associadas com as transformações nos costumes e assimilação de modismos estrangeiros pela sociedade recifense, revolucionaram o quadro social da cidade, imprimindo, por seu turno, nova sensibilidade artística, especialmente no que diz respeito à apreciação musical, e estimulando, cada vez mais, o aparecimento de artistas locais.

Como parte dessas transformações, poderíamos evidenciar a construção do Teatro de Santa Isabel e a conseqüente presença de inúmeras companhias de óperas francesas, italianas e portuguesas, responsáveis pela apresentação de suntuosos espetáculos voltados para um público mais seletivo e integrado ao ideal de modernização e cosmopolitismo reinantes durante o século XIX (SILVA, 2006).

Nessa medida, podemos observar a relevância que a música vai ganhando nas celebrações religiosas, nas festividades promovidas pelas irmandades leigas espalhadas pelo Recife, embora a participação de pequenos grupos musicais, formados por artistas locais, produziam repertório sacro, em suas atividades, quase sempre voltadas para missas, ladainhas, procissões, dentre outros festejos.



Mesmo assim, desde o processo de colonização, as atividades religiosas no Recife tinham como traço marcante a utilização da música durante as cerimônias, seja nos momentos felizes, seja nos mais angustiantes como **nos de** morte.

A morte, inclusive, se constituiu em símbolo marcante no cenário dos empreendimentos comerciais de Recife, no transcorrer dos séculos XVI e XIX (CAMPOS, 1988, SIAL, 2005)⁹. De tal modo, as irmandades formadas a partir da iniciativa dos leigos foram fundamentais no estabelecimento das relações de interdependência entre a sociedade e o mundo transcendental, determinantes para o desenvolvimento da região, na medida em que as obras públicas infundiam de afetividade os espaços religiosos que também serviam de lazer.

O indivíduo que, junto à sua confraria legalizava a arte do bem morrer, designava a seu tutor espiritual, através de testamento, atividades e incumbências, incluindo a própria composição do funeral. E, junto às velas, caixão e missa celebrados em memória do indivíduo morto, a música era um elemento essencial para a demonstração e lógica do ritual que acompanhava o funeral. Em muitos casos a execução de peças musicais conferia uma atmosfera de harmonia e contemplação àquele momento tão subjetivo e reflexivo, como era o da morte.

Conforme apontamos anteriormente, desde os primórdios da colonização portuguesa, a música afigurou-se como elemento sublime e eficaz em celebrações; engajada nos autos, hinos e cânticos de novena, atuou de maneira reveladora de um espaço físico emergente / crescente, proporcionando intensidade às manifestações artísticas das liturgias católicas.

Sua presença, pois, pode ser percebida ao longo do processo de constituição da sociedade, ganhando status de acessório fundamental nas solenidades, principalmente as religiosas, acompanhando, assim, o cenário de transformações

⁹ A arte de morrer no Brasil tinha certa influência nas edificações civis, da colônia ao império. No Recife, muitas das construções públicas provieram do poder econômico adquirido pelas irmandades, através dos testamentos e contribuições vitalícias efetuadas em juízo pelos membros vitalícios, a partir da ideia cristã de obtenção de ganho no plano espiritual. A esse aspecto, sugerimos a leitura de REIS, João José (1991); in *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*; CAMPOS, Adalgisa Arantes (1988); in *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista*, pp. 109-122; e SIAL, Vanessa Viviane de Castro (2005); in *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*.



econômicas e entraves políticos e tornando-se elemento crucial para a atração de fiéis, nos templos edificadas nos arrabaldes¹⁰.

A construção de novas instalações na cidade entre os séculos XVII e XIX, como igrejas e teatros ampliou, portanto, o setor musical recifense, a partir de uma espécie de luta política entre as irmandades, na qual cada uma pretendia criar uma certa hegemonia dentro da estrutura sociocultural da cidade.

Considerações Finais

Desse modo, a inserção da Irmandade de Santa Cecília no cenário urbano recifense é caudatária à intensificação das atividades musicais, dentro do pano de fundo das manifestações culturais que instituíram um espaço cada vez mais vinculado a essa necessidade, e cujo procedimento básico consistia na formação e profissionalização de músicos.

As irmandades existentes pelos arredores contribuíram, desta feita, na veiculação e difusão de Santa Cecília no cenário cultural-religioso, principalmente porque a música assinalava um momento especial nas celebrações religiosas. Sendo assim, a corporação de músicos representava um veículo essencial de disseminação de uma cultura musical, incorporando valores sacros, ao tempo em que se inseria numa sociedade que se pretendia cada vez mais cosmopolita. Por outro lado, os paradigmas instaurados a partir da consolidação da elite burguesa (DINIZ, 1978, p.46)¹¹ trouxeram para a cidade signos que permitiriam a coexistência

¹⁰ A música, veículo de expressão artística presente em todas as sociedades, do Medievo à cena contemporânea, torna-se, no presente trabalho, o motivo para a constituição de grupos artísticos específicos, os quais estiveram cada vez mais engajados às irmandades locais, com vistas à participação nos festejos religiosos. Desse modo, música constituía um componente relevante nas celebrações, pois onde houvesse uma igreja ou capela, ali existia a música. Para um maior aprofundamento do assunto, ver DINIZ, Jaime (1978); in *O Recife e a sua música*, p. 46; (1971); e, do mesmo autor, *Músicos Pernambucanos do passado – Tomo II*.

¹¹ Realçamos, aqui, as relações de poder e as práticas costumeiras entre a elite burguesa, formada pelas Câmaras Municipais, as irmandades leigas, que atuavam na cidade de modo “caritativo”, como a irmandade da Misericórdia, e as corporações de ofícios e irmandades menores, responsáveis pela execução dos serviços artesanais: carpintaria, música ou fabrico de instrumentos. A discussão tornou-se explícita, no entanto, na medida em que as atividades religiosas e a música mantêm uma relação de implicação; desde a colonização essas integrariam os costumes da sociedade. Os rituais celebrados aos santos ou mesmo a morte apresentavam características bem determinadas, uma vez que “os costumes são práticas frequentemente atualizadas, unindo um passado secular com seus ritos e tradições a um presente de que exigia constantes mudanças, e mantendo uma posição fundamental na arena de lutas entre interesses opostos, de reivindicações conflitantes”. Neste sentido, propomo-nos, ao presente, de modo a apreender seus modos de atuação no Recife do século XIX. Sobre a relação de costumes, sugerimos a leitura do THOMPSON, Edward Palmer (1998);



de posturas e formas ditas civilizadas nesse cenário, consubstanciada através da música erudita e dos novos espaços de sociabilidade que floresciam no Recife durante o século XIX.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luis Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In:_____. (org). **História da Vida Privada no Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp.12-93.

ALMEIDA, Renato. **História da Música Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: F.Briguiet & Comp., 1942.

ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no império Português – XVI-XVIII**. Recife, 2003. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do Tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura do Cidade do Recife, 1996.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Pretos e brancos: a serviço de uma ideologia de dominação (O caso das irmandades do Recife)**. Recife, 1988 (Dissertação de Mestrado).

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. Petropolis, RJ: Vozes, 1987.

ARRAIS, Isabel Concessa. **Teatro de Santa Isabel**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2000.

ARRAIS, Raimundo Pereira de Alencar. **O Pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: 2001. (Tese de Doutorado).

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. In: **Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG**. v.6, 1988. pp. 109-122.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite política Imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

in Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Já se o alvo é a relação entre prática cultural e representação, ver CHARTIER, Roger (1990); in A história cultural: entre práticas e representações.



CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife – 1822-1850. Recife: Editora Universitária, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. [Trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel, 1990

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DINIZ, Jaime. **Músicos Pernambucanos do passado**. Recife: UFPE, Tomo II, 1971.

_____. O Recife e a sua música. In: PEREIRA, Nilo. **Um Tempo do Recife**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1978, pp. 39-77.

_____. **Músicos Pernambucanos do passado**. Recife: UFPE, Tomo III, 1979.

_____. **Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia, 1647-1810**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

RABELO, Evandro Arruda. **Recife, quem te viu, quem te vê**. Recife: edição extra, 1968.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. **Tempos modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

SETTE, Mário. **Arruar**: História pitoresca do Recife Antigo. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretária de Educação e Cultura, 1978.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Campinas: 2005. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Amaro Santos da. **Música e ópera no teatro Santa Isabel**: subsídio para a história e o ensino da música no Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.